

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 168.113 - DF (2019/0266112-3)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
SUSCITANTE : JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÕES PENAS DE
BRASÍLIA - DF
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÕES CRIMINAIS
EXECUÇÕES FISCAIS E CARTAS PRECATÓRIAS CRIMINAIS
DE PATROCÍNIO - MG
INTERES. : JUSTIÇA PÚBLICA
INTERES. : ALEXANDRE GONCALVES FERREIRA

DECISÃO

Trata-se de conflito negativo de competência entre **JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÕES PENAS DE BRASÍLIA - DF**, o suscitante, e o **JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÕES CRIMINAIS EXECUÇÕES FISCAIS E CARTAS PRECATÓRIAS CRIMINAIS DE PATROCÍNIO - MG**, o suscitado.

Extrai-se dos autos que ALEXANDRE GONÇALVES PEREIRA cumpria pena privativa de liberdade no regime semiaberto, na Sede da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados - APAC, na Comarca de Patrocínio-MG e que, tendo sido autorizado a realizar trabalho externo, não retornou ao estabelecimento prisional na data aprazada - 21/02/2013 -, passando a ser considerado foragido.

Sobreveio notícia de que a Polícia Civil do Distrito Federal efetuou a prisão do ora interessado em 05/07/2019, encaminhando-o à Divisão de Controle e Custódia de Presos/DF, onde se encontra encarcerado.

Ciente da prisão do sentenciado, o Juízo da Vara de Execuções Criminais de Patrocínio-MG declinou da competência e determinou o encaminhamento dos autos à Vara de de Execuções Penais de Brasília-DF "para regular processamento da execução" (e-STJ, fl. 377).

O Juízo da Vara de Execuções Penais do Distrito Federal suscitou o conflito, sob os seguintes fundamentos (e-STJ, fl. 412; grifos constantes no original):

"Trata-se de execução de pena imposta pelo douto Juízo da VEP da comarca de Patrocínio/MG.

O apenado está preso no Distrito Federal somente em razão do mandado de prisão expedido pelo supracitado juízo, sendo certo que não existe ordem de segregação ou execução penal no âmbito da justiça desta unidade da federação.

Nada obstante, o i. e mencionado juízo determinou a transferência da execução para esta VEP/DF.

Saliento que eventuais mudanças de endereço, prática de novo crime ou mesmo recolhimento em localidade distinta - no caso o Distrito Federal - não são motivos para alteração da competência, consoante entendimento do STJ. *In verbis*:

"havendo condenação em duas unidades federativas, o juízo competente para a execução da pena será o do local em que ela tiver iniciado, não alterando essa regra eventual fuga empreendida ou cometimento de novo crime em local diverso."
(conflito negativo de competência n.º 152.454).

Superior Tribunal de Justiça

Ademais, consoante pacífica jurisprudência do STJ, não há direito subjetivo à escolha do local onde cumprirá a reprimenda, devendo o Juízo de Execuções Penais avaliar a conveniência da referida medida, visto que o acolhimento do pedido de transferência do preso para presídio próximo de onde residem seus familiares está condicionado à existência de vagas e estabelecimentos adequados.

Registro, por oportuno, que o sistema prisional do Distrito Federal não dispõe de vagas para acolher o interno, pois está superlotado, com quase o dobro de sua capacidade. **O sistema prisional distrital está superlotado e é o 3.º (terceiro) mais deficitário de todo o país,** consoante dados do CNJ acessíveis em http://www.cnj.jus.br/inspecao_penal/mapa.php (Geopresídios - CNJ). Não há possibilidade de se abrigar condenados por outras unidades da Federação.

Ante o exposto, **não reconheço a competência desta VEP/DF para a execução da presente pena, por consequência, SUSCITO O CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA, a ser dirimido pelo STJ,** com fulcro no artigo 105, inc. I, "d", da Constituição da República de 1988, na forma do art. ° do CPP."

Nesta instância, o Ministério Público Federal manifestou-se pelo conhecimento do conflito e pela declaração de competência do Juízo suscitado (e-STJ, fls. 439-443).

É o relatório.

Decido.

Cumpra registrar, inicialmente, que este conflito positivo de competência deve ser conhecido, porquanto se trata de incidente estabelecido entre juízes vinculados a tribunais diversos, nos termos do art. 105, I, "d", da Constituição Federal, razão pela qual passo ao seu exame.

Com efeito, o Superior Tribunal de Justiça possui entendimento consolidado no sentido de que é competente para acompanhar a execução o Juízo do local onde o sentenciado cumpre a reprimenda, não se alterando em virtude de sua evasão.

A propósito, os seguintes precedentes:

"PENAL E PROCESSO PENAL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO PENAL. RÉU FORAGIDO. MANUTENÇÃO DA COMPETÊNCIA DO JUÍZO DE DIREITO DA VARA DAS EXECUÇÕES CRIMINAIS DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP.

1. Quando o réu é condenado em dois estados diferentes, e unificadas as penas, é competente para a execução o juízo do local onde o sentenciado cumpre a reprimenda.
2. A competência da Vara das Execuções não se altera em virtude da evasão do sentenciado.
3. Conflito de competência conhecido para declarar competente o Juízo de Direito da Vara das Execuções Criminais de São José do Rio Preto/SP, ora suscitado" (CC 103.228/PR, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, TERCEIRA SEÇÃO, DJe 03/09/2009.)

Ante o exposto, **conheço** do conflito para declarar a competência do o

Superior Tribunal de Justiça

Juízo da Vara de Execuções Criminais de Patrocínio-MG, o suscitado.

Comunique-se. Publique-se.

Cientifique-se o Ministério Público Federal e, oportunamente, encaminhem-se os autos ao Juízo competente.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS

Relator

